

IMPLICAÇÕES DO GRUPO OPERATIVO EM MULHERES QUE VIVENCIARAM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Raquel Furtado Conte
Bruna Silva Grabowski
Virginia Severo Cordeiro
Maria Eduarda Cioato

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul-RS, Brasil

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as mudanças percebidas em mulheres que vivenciaram a violência de gênero com seus parceiros participantes de um grupo operativo, principalmente, no que tange às suas relações com seus papéis e funções assumidas no lar e no espaço público. A pesquisa-ação tem um delineamento qualitativo, transversal. As participantes foram oito mulheres que buscaram o serviço de psicologia para atendimento grupal. Os pressupostos teórico-metodológicos partiram da observação-participante, aliada à teoria psicanalítica, a qual embasa os grupos operativos. A partir dos conteúdos verbalizados nas sessões grupais e dos processos de identificação despertados nos grupos, foram categorizados os temas para discussão. A intervenção grupal demonstrou ser um processo facilitador e promotor de mudanças nas relações das mulheres entre elas e entre elas e seus familiares e amigos, rompendo com estereótipos de papéis e funções assumidos ao longo de seu ciclo vital.

Palavras-Chave: Grupo Operativo; Mulheres; Violência de Gênero.

IMPLICATIONS OF THE OPERATIVE GROUP ON WOMEN WHO EXPERIENCED GENDER VIOLENCE

ABSTRACT

This article aims to analyze the changes perceived in women who have experienced gender violence with their partners and participated in an operative group, mainly with regard to their relationships with their roles and functions assumed at home and in the public space. Action research has a qualitative, transversal design. The participants were eight women who sought the psychology service for group care. The theoretical-methodological assumptions started from participant-observation, allied to the psychoanalytic theory, which supports the operative groups. From the verbalized contents in the group sessions and the identification processes aroused in the groups, the topics for discussion were categorized. Group intervention proved to be a process that facilitated and promoted changes in women's relationships with each other and between them and their families and friends, breaking with stereotypes of roles and functions assumed throughout their life cycle.

Keywords: Operative Group; Women; Gender Violence.

IMPLICACIONES DEL GRUPO OPERATIVO SOBRE MUJERES QUE VIVIERON VIOLENCIA DE GÉNERO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los cambios percibidos en las mujeres que han sufrido violencia de género con sus parejas que participaron de un grupo operativo, principalmente en cuanto a sus relaciones con los roles y funciones que asumen en el hogar y en el espacio público. La investigación-acción tiene un diseño cualitativo, transversal. Los participantes fueron ocho mujeres que acudieron al servicio de psicología para atención grupal. Los presupuestos teórico-metodológicos partieron de la observación-participante, aliada a la teoría psicoanalítica, que sustenta los grupos operativos. A partir de los contenidos verbalizados en las sesiones grupales y los procesos de identificación suscitados en los grupos, se categorizaron los temas de discusión. La intervención grupal demostró ser un proceso que facilitó y promovió cambios en las relaciones de las mujeres entre sí y entre ellas y sus familias y amistades, rompiendo con los estereotipos de roles y funciones asumidos a lo largo de su ciclo de vida.

Palabras Clave: Grupo operativo; Mujeres; Violencia de género.

A Psicologia do Desenvolvimento enfrenta alguns desafios no século XXI, considerando os novos enfoques da atuação profissional no que se refere à prevenção e promoção da saúde. A partir de uma concepção mais ampla do desenvolvimento, diversas dimensões devem ser consideradas para a sua compreensão, dentre elas: biológicas, cognitivas, afetivas, sociais (Aspesi et al., 2005).

De acordo com Papalia et al. (2006), o objeto de estudo da psicologia do desenvolvimento são as mudanças que ocorrem na vida dos indivíduos. A compreensão dessas mudanças envolve o reconhecimento das condições internas e externas ao indivíduo que as afetam e as promovem, sendo que elas são adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem essas situações internas e externas ao indivíduo que tem que se adaptar a um mundo. Variáveis internas podem ser entendidas como aquelas ligadas à maturação orgânica do indivíduo, as bases genéticas do desenvolvimento, enquanto as variáveis externas são aquelas ligadas à influência do ambiente no desenvolvimento (Biaggio & Monteiro, 1998).

A violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser considerada uma variável externa e de risco que interfere no desenvolvimento. De acordo com as pesquisas de Freitas et al. (2020) a violência doméstica é uma das principais formas de violação dos direitos humanos das mulheres, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Os autores enfatizam que a violência doméstica não tem diferenciação de etnia, classe social ou de idade e que ela atinge não só as mulheres, mas seus filhos, famílias e os próprios agressores. Com a violação dos direitos humanos se extirpa os seus direitos de usufruir da liberdade fundamental, afetando a sua dignidade, seu psicológico e sua autoestima.

A mulher em situação de violência doméstica e familiar procura apoio nos serviços e profissionais da saúde, os quais devem estar qualificados para realizar o acolhimento e a escuta necessários a cada caso. De acordo com Conte (2020) em sua pesquisa com mulheres que sofreram violência de gênero e buscaram o serviço médico legal, foi identificada a importância da escuta qualificada nos serviços que atendem essa clientela, bem como para a relevância das narrativas e trajetórias sociais das mulheres agredidas. A partir da pesquisa referida, foi possível clarificar acerca da necessidade em qualificar esses espaços e serviços, a fim de

promover ações no coletivo, também reconhecidas como ações politizadas de transformação social.

A preocupação com o tema da violência doméstica contra a mulher trata-se de uma preocupação mundial, sendo que ela provoca muitas repercussões na saúde das mulheres. Os dados alarmantes sobre violência contra a mulher no Brasil e no mundo reforçam a necessidade da realização de estudos acerca dessas relações, das negociações sexuais, acerca dos papéis sexuais e sociais que são temas que emergem deste corolário de investigações. O Brasil é o quinto país em violência contra as mulheres. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Cerqueira et al., 2017), três em cada cinco mulheres já sofreram violência nos relacionamentos em nosso país. Os países que evidenciaram taxas superiores ao Brasil foram El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa.

Assim, considerando as implicações da violência doméstica na vida da mulher, bem como a procura dos serviços de saúde por essas vítimas, esse estudo apresenta algumas considerações sobre as mudanças percebidas nas mulheres que participaram de um grupo operativo, principalmente, no que tange às suas relações com os papéis e funções assumidas no lar e no espaço público.

O grupo operativo, foi elaborado por Pichon-Rivière (1982/2009), baseado na teoria psicanalítica abrange os seguintes constructos: as relações vinculares e a internalização dos objetos com os quais o sujeito se relaciona. A partir das relações vinculares, o sujeito constrói uma forma de perceber e compreender o mundo, ou seja, todo sujeito tem um esquema referencial, composto de conteúdos conscientes e inconscientes. De acordo com o autor, esse esquema é que promove a manutenção de comportamentos e sentimentos estereotipados.

Portanto, o grupo operativo visa contribuir como uma possível intervenção, numa perspectiva coletiva, com mulheres que vivenciaram a violência de gênero com seus parceiros, já que é uma experiência que favorece novas aprendizagens e novas formas de vinculação. A partir da experiência em grupo, é possível romper com estereótipos que levam à alienação do sujeito.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência é um fenômeno histórico e social que atravessa as gerações e se perpetua na sociedade de várias formas. Embora possa haver diferenças culturais em relação ao conceito de violência, os aspectos que a caracteriza se mantêm nas diferentes sociedades e culturas (Lucena et al., 2012).

Para Guimarães e Pedrosa (2015) a violência doméstica e familiar contra a mulher tem um caráter recente, pois apenas há 50 anos é que tem se discutido com maior seriedade as violências contra as mulheres. De acordo com as autoras, os movimentos feministas e de mulheres, a partir do século XX, contribuíram para que a violência que ocorria no âmbito privado, como a violência doméstica, tivesse maior visibilidade no espaço público, cobrando do Estado e da sociedade estratégias para garantir a todas (os) a dignidade humana e a uma vida sem violência.

De acordo com Conte e Mühlen (2020) os valores culturais machistas e patriarcais estruturantes em nossa sociedade estão associados à perpetuação das violências cometidas contra as mulheres e às desigualdades de poder e de direitos enfrentados por elas em nossa sociedade. Esses valores, ainda naturalizados levam à manutenção e reprodução de condutas que reforçam a violência contra as mulheres.

Estudiosas feministas como Stoler e Rubin, na década de 70, assim como Saffioti a partir de 1999, citadas por Guimarães e Pedrosa (2015), introduziram na pauta da discussão da violência doméstica e familiar o conceito de gênero. Nessa perspectiva, se propõe superar o determinismo biológico centrado no sexo ou diferenciação sexual para destacar a construção social das identidades de homens e mulheres. A partir desses estudos centrados no gênero,

objetiva-se desconstruir os papéis e funções socialmente determinados pela cultura ao feminino e masculino, ao mesmo tempo que possibilita a introdução de compreensões das dinâmicas relacionais entre eles.

O gênero como categoria de análise (Scott, 1995) rompe com o essencialismo biológico, privilegia as relações de gênero ao invés das categorias homem e mulher e, afirma seu caráter transversal nas demais áreas da saúde. Os conceitos de gênero e patriarcado, portanto, não são sinônimos, mas são dimensões presentes nos processos dialéticos de construção de subjetividades e de relações sociais entre homens e mulheres (Guimarães & Pedroza, 2015).

Contribuições de Butler (2012) para os estudos de gênero são consideradas fundamentais para a complexidade dos debates sobre o tema. Para Butler o sexo não pode ser reduzido a uma característica anatômica por ser um meio discursivo e cultural de construção simbólica, como o gênero não pode ser reduzido a formulações fixas da cultura. Nesse sentido, a autora introduz uma nova dimensão para a compreensão das relações de gênero que é o desejo. A partir disso, ela introduz o conceito de expressões de gênero e identidades que são performaticamente constituídas, contextuais e dinâmicas. Portanto, os estudos de gênero, assim como da história das mulheres e a implicação do desejo são fundamentais para compreender a violência de gênero contra a mulher numa perspectiva multifatorial.

A Lei 11.340/2006 (Brasil, 2006) surgiu do interesse coletivo de formular uma legislação que abordasse conceitos e metodologias jurídicas para a abordagem da questão. Dessa forma, essa Lei, também conhecida como Lei Maria da Penha, foi bastante divulgada e permitiu uma maior discussão pública sobre a violência contra a mulher (Pasinato, 2015). Foi graças a esta Lei que muitos serviços são ofertados para as mulheres, no intuito de um engajamento em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher. Guimarães e Pedroza (2015) assinalam, no entanto, que embora a ordem social e jurídica busque regular a questão da violência e daquilo que é aceitável em termos de condutas nas relações interpessoais, há uma singularidade na forma como cada mulher e casal definem a questão.

DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO E A NOÇÃO DO EU

A psicanálise, fundamenta a compreensão de aspectos inconscientes do sujeito, portanto, é um alicerce para a comparação dos dados trazidos pela história pregressa e atual do sujeito e suas relações com o universo cotidiano. Nesse sentido, experiências de violência desde a família de origem, podem influenciar no tipo de relacionamento que as mulheres terão quando adultas (Lima & Werlang, 2011).

Frente ao desamparo inicial, aquele com o qual o sujeito se confronta diante da relação com um outro, a autonomia é que promove as eleições sucessivas (Menezes, 2008). Para a autora, diante de um relacionamento, sempre há um trabalho psíquico diante de situações que mobilizam a angústia infantil do desamparo, principalmente, em relações permeadas pelo sentimento de abandono ou ruptura.

As possibilidades de ação e campos de atuação, são fatores que permitem que o sujeito possa exercer sua capacidade criativa e de escolhas. Porém, como afirma Winnicott (1971/2019), em contextos sociais, culturais e opressores, pode haver uma adaptação excessiva à realidade, que impede o gesto espontâneo, a criatividade existencial e, resultem em barreiras defensivas contra a invasão da realidade.

Assim, a forma como os sujeitos vão lidar com suas angústias, com os objetos internalizados que constroem o seu EU e fazem parte de sua identidade, contemplam também um sistema de valores, ideais de cultura, dentre outros (Ceccarelli, 2017). De acordo com os estudos do autor sobre gênero e psicanálise,

As expressões do sexual estão atreladas aos processos identificatórios e as escolhas de objeto, cujo enredo é a dinâmica edípica protagonizada pelas vicissitudes pulsionais, a

sexualidade de cada sujeito é sempre uma construção singular (Ceccarelli, 2017, p. 142).

Para que haja um processo reflexivo do EU, o si mesmo passa a ser um projeto pelo qual o indivíduo é responsável e, em função do qual age reflexivamente. Na busca dessa construção identitária, o indivíduo busca manter certa coerência em sua trajetória, unindo o passado, presente e futuro, auxiliado pela elaboração de uma narrativa explícita sobre o EU (Rezende & Coelho, 2010).

GRUPO OPERATIVO

De acordo com as pesquisas de Matos et al. (2012), não há uma modalidade única e exclusiva de intervir em grupo com mulheres em situação de violência, no entanto, enfatizam que é uma prática reconhecida e utilizada internacionalmente. As principais vantagens explicitadas pelas autoras, referem-se ao rompimento do silêncio e do isolamento que muitas delas estão vivenciando, validar sua experiência, receber informações, dar e receber suporte, bem como perceber que seu problema não é único e existem alternativas para lidar com a situação. Conforme o relato de experiência de atendimento em grupos com famílias em acompanhamento em um Centro de Referência de Assistência Social, Maia (2017) refere que a abordagem grupal é essencial, uma vez que ela proporciona um movimento de atividade nos participantes.

Pichon-Rivière (1982/2009), baseado na teoria freudiana, adequa a ideia de que o ser humano é um ser relacional, formado psicicamente, desde o seu precoce desenvolvimento, pelos investimentos dos outros, ou seja, é fantasiado e investido por um Outro primordial. Partindo desse pressuposto, o autor criou a teoria das relações vinculares, demarcando que o ser humano vive em grupo e tem um grupo em si mesmo. Para as experiências, conhecimentos e afetos com os quais o indivíduo pensa e atua, o autor denominou Esquema Referencial. Esse esquema tem aspectos conscientes e inconscientes que interferem na forma como o sujeito faz a leitura do mundo.

Enquanto para Winnicott (1971/2019) é a falta de criatividade e autonomia que paralisa o sujeito diante da realidade, para Pichon-Rivière (1982/2009), é a rigidez e a estereotipia dos primeiros vínculos primários que aliena o sujeito, uma vez que será mais difícil a aprendizagem do novo e o aparecimento da doença. Dessa forma, a saúde estaria atrelada ao movimento.

A definição de grupo operativo definida por Pichon-Rivière (1982/2009) refere-se a um conjunto de pessoas que têm um objetivo em comum. Um dos requisitos desse tipo de grupo é de que haja uma tarefa que deve vir acompanhada de uma reflexão, já que tarefa e pensamento devem andar juntas para que não ocorra a alienação. A aprendizagem para o autor é toda forma de mudança de conduta, interna e externamente, que enriquece a personalidade. No trabalho do grupo operativo, busca-se revisar o Esquema Referencial do sujeito, principalmente em seus aspectos inconscientes, minimizando as estereotipias e facilitando as possibilidades de atuação do indivíduo. Para Bleger (1980/1993), o grupo operativo quando se constitui em equipe, aprende a ressignificar seus vínculos estereotipados, atingindo o efeito terapêutico.

O grupo operativo apresenta duas fases: a da pré-tarefa e a da tarefa. A pré-tarefa refere-se ao período inicial da formação do grupo, nos quais os membros estão receosos e com medo de perder os seus referenciais básicos (Esquema Referencial). A partir do momento em que os membros do grupo diminuem suas ansiedades e rompem com suas estereotipias, apresentam um sinal de abertura para o novo e o desconhecido, entrando assim na fase da tarefa propriamente dita. Na fase da tarefa, o grupo percorre um caminho para atingir seus objetivos, o qual dependerá da forma como cada integrante interage com os demais, a partir de suas necessidades. Quando o grupo aprende a problematizar as dificuldades que surgem para o alcance de um objetivo em comum, já está indicando que houve engajamento na tarefa, pois a

elaboração de um projeto comum torna-se possível e o grupo pode operar mudanças. Cada membro do grupo participa inicialmente com a sua verticalidade, isto é, com a sua história pessoal e esquema referencial próprio, porém, quando conseguem compartilhar e construir uma nova história daquele grupo, com a participação de todos os participantes, estamos apreendendo a horizontalidade do grupo (Pichon-Rivière, 1982/2009).

No grupo operativo, a escuta pode ser provocativa, quando o coordenador problematiza questões, propõe cortes e engajamentos nas falas. Além de escutar, o coordenador devolve o que escuta para os participantes, procurando desacomodá-los da zona de conforto, possibilitando novas perspectivas e descobertas. O coordenador do grupo operativo deve aprimorar sua escuta, no sentido de tornar explícito o latente, favorecendo a elaboração de conflitos, a transformação de modos de posicionamento frente ao sofrimento atual, promovendo insights e ações inovadoras frente a realidade (Bastos, 2009).

MÉTODO

Esta pesquisa partiu de um delineamento qualitativo, transversal, já que objetiva analisar as mudanças percebidas em mulheres que participaram de um grupo operativo. Portanto, a preocupação das pesquisadoras não enfatizou as medidas quantitativas de características ou comportamentos (Marconi & Lakatos, 2010) mas a compreensão do fenômeno da violência, a partir da visão das participantes. Ainda enfatizamos o seu caráter interpretativo, uma vez que se tem como preceito a conservação dos dados literais dos casos, a partir dos conteúdos verbalizados pelas mulheres no grupo e, o intuito de estabelecer categorias de discussão a partir dos aportes teóricos dos grupos operativos e da teoria psicanalítica. Diante dos conteúdos verbalizados, foram elencadas duas categorias temáticas de discussão: a) processos identificatórios; b) processo de mudanças nas relações sociais e afetivas.

PARTICIPANTES

Fizeram parte deste estudo oito mulheres encaminhadas pela Coordenadoria da Mulher para participarem do Grupo de Mulheres que se desenvolve no Serviço de Psicologia da Universidade do interior do RS. Essas mulheres eram maiores de 18 anos que, independente da raça, classe social e escolaridade, vivenciaram ou vivenciam a violência doméstica com o parceiro íntimo. Após a aprovação do projeto, conforme Resolução 510/2016, sob número: 3.581.614, as mulheres encaminhadas foram contatadas pela pesquisadora para realizar a coleta da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, posteriormente, iniciaram o grupo de mulheres.

INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, as sessões foram transcritas em forma de Ficha de leitura. Após a transcrição delas, foi realizada uma leitura exploratória, leitura seletiva e interpretativa. Os dados foram categorizados em temáticas referentes à associação livre das pesquisadoras e de acordo com os objetivos do estudo e o referencial teórico.

PROCEDIMENTOS

Após o aceite das mulheres em participar da pesquisa e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as mulheres participaram primeiramente de uma entrevista individual para coleta dos dados sociodemográficos e apresentação da sua situação atual. Na sequência foram convidadas a participar do grupo. Foi combinado com as mulheres sessões semanais, com duração de aproximadamente noventa minutos. O total de sessões finalizou em 12 com duração de aproximadamente 90 minutos cada uma delas.

Após cada sessão, ocorreu a transcrição dela, sendo que para a organização do recorte dos dados seguiu-se os seguintes passos de leitura dos relatos: a) a leitura exploratória (verificando se o material corresponde aos interesses da pesquisadora), seguida da leitura seletiva (seleção dos conteúdos de acordo com os objetivos de pesquisa) e leitura analítica das temáticas verbalizadas. A leitura analítica, ao final, teve como objetivo a visão integral dos conteúdos como um todo (Laville & Dionne, 1999).

ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi baseada na análise de conteúdo descrita por Laville e Dionne (1999) em que é preciso fragmentar o material previamente elaborado para aumentar a compreensão sobre a temática. Para tal, foram comparados dados extraídos dos conteúdos de cada encontro grupal e, posteriormente, eles foram emparelhados com os pressupostos teóricos deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados sociodemográficos explicitaram que as participantes tinham idade superior a 30 anos e baixo nível de escolaridade, sendo que apenas uma delas possuía o superior completo. Sete dessas mulheres já prestaram mais de uma queixa policial e não conviviam mais com companheiros agressores. A maioria praticava alguma religião, apresentava problemas físicos e psicológicos e já tentou o suicídio; todas possuíam história familiar de violência doméstica e, em alguns casos, de suicídio e bipolaridade.

PROCESSOS IDENTIFICATÓRIOS

Para Pichon-Rivière (1982/2009) no grupo operativo há uma tarefa explícita, a qual subjaz outra implícita, que visa a uma ruptura, a partir do esclarecimento, das estruturas estereotipadas que prejudicam a aprendizagem e a comunicação, além de obstaculizar toda situação de progresso ou mudança. A tarefa do grupo operativo com as mulheres em situação de violência é centrada na discussão acerca das violências experimentadas e das possibilidades de reconstrução simbólica delas, a fim que seja possível novos destinos pulsionais para a condução das singularidades e subjetividades das participantes do grupo.

De acordo com Fabris (2014) quando se analisa um grupo social, é preciso considerar as seguintes dimensões:

Os processos de comunicação, o ruído e o malentendido; as dimensões da aprendizagem e de obstáculo; os processos vinculares e grupais de afiliação e pertencimento; a cooperação e a sabotagem; o tólo positivo e negativo; as ideologias (latentes e manifestas) em jogo, os contextos institucionais e sociais (implícitos ou explícitos); as necessidades e motivações em jogo; os segredos grupais; os medos (ansiedades paranoídes e depressivas) e os projetos de mudança; a natureza essencialmente problemática do objeto da tarefa e as condições de aproximação, de enfrentamento e de resolução das necessidades, dos objetivos e da tarefa (p. 113).

Nos primeiros encontros, podemos referir que o grupo se encontrava na fase da pré-tarefa (Pichon-Rivière, 1982/2009), uma vez que as participantes compareciam às sessões com alguns obstáculos que se relacionam com a resistência à mudança. Dentre esses, podemos citar alguns obstáculos comuns de serem encontrados nos grupos operativos como o de cunho epistemológico que corresponde a carências de estruturas cognitivas e conceituais necessárias para a mudança. Essas carências eram representadas por comportamentos grupais como o silêncio. Também podemos destacar os obstáculos epistemofílicos, os quais correspondem aos

medos básicos relativos à resistência à mudança. Dessa forma, as mulheres se apresentavam com muita resistência em expor as violências experienciadas frente às demais participantes do grupo, revelando aos poucos os detalhes de suas histórias de abusos e danos provocados pelas agressões dos parceiros.

A apresentação das mulheres, a partir das violências, favoreciam para o sentimento de afiliação ao grupo, através de um aspecto identificatório em comum. Todas apresentaram sua situação atual com os parceiros ou ex-parceiros, referindo as violências experienciadas de forma breve, nem por isso, menos dolorosas. O confronto com a violência e o desejo de mudança se fizeram presentes nesses encontros iniciais. As mulheres se apresentaram de acordo com os registros abaixo.

A participante 1, 30 anos, apresentou-se da seguinte forma: “Sou casada há dois anos com meu atual companheiro, mas como fiquei com uma deficiência no meu braço direito, não consigo fazer muitas coisas em casa e isso cansa o meu parceiro e ele tentou me esganar.”

A participante 2, 35 anos, apresentou-se como funcionária pública, revelando violência com seu primeiro casamento e com o atual parceiro. Refere que o atual parceiro não aceitou o término da relação e a forçou a ter relações, além de agredi-la fisicamente.

A participante 3, 30 anos, revelou ter perdido a guarda dos filhos por uma discussão com seu atual parceiro, sendo que atualmente está tentando reverter a situação.

A participante 4, 55 anos, apresentou sua situação atual de câncer de mama, referindo que seu atual parceiro nunca cuidou dela, além disso, tem saído com outras mulheres e agride ela fisicamente quando ela se queixa da situação.

A participante 5, 53 anos, revelou que ficou 40 anos casada e sofreu cárcere privado por muitos anos, além de violência física e sexual, acompanhada de seus filhos. Atualmente está afastada do agressor por medidas protetivas, morando em sua casa com seu filho ao lado.

A participante 6, 60 anos, tem um atual parceiro, com o qual demonstrou apreensão por ele ter alterações de humor e, eventualmente, beber. Diz estar mais tranquila devido a adesão dele ao tratamento com medicação.

A participante 7, 60 anos, superou a violência com seu ex-marido após a maioridade dos filhos, sentindo-se que podia libertar-se já que ele já estava com outra mulher, que ele chamava de “minha companheira”.

A participante 8, 50 anos, mora atualmente com seu filho de 14 anos e tem outro filho e 25 anos que já mora sozinho. Comentou que já está separada há um ano, porém acrescenta: “parece que me livre de um e agora tenho outro agressor em casa.”, ao comentar sua relação insatisfatória com seu filho.

Para as participantes 1 e 4, a debilidade física foi um motivador para a alteração do comportamento de seus parceiros. Dessa forma, suas fragilidades pessoais justificariam a agressão e irritabilidade dos parceiros e, portanto, suas condutas agressivas.

Para a participante 2 foi o desejo do término do relacionamento que motivou a agressão de seu parceiro atual. Para ela, a sua tomada de decisão em romper com o namoro foi algo impossível de ser processado pelo parceiro, o qual reagiu com agressão e a ameaças de morte.

A participante 3 apresentou dificuldades na relação com o namorado e, a violência apareceu num momento de discussão entre eles, resultando na perda da guarda dos seus filhos. Associado a esse evento e, posteriormente, a participante comentou que apresentava alteração de humor do Tipo Bipolar. Nesse caso, aspectos subjetivos e da relação apareceram como promotores do ato violento entre os parceiros e as consequências na relação com os filhos.

Já as participantes 5, 6, 7 e 8, apresentaram aspectos relativos à dominação masculina e ao abuso do poder como motivos para o rompimento na relação com seus parceiros. A participante 5, sofrera vários tipos de violência desde o abuso sexual, a violência física até o cárcere privado, junto com seus filhos. Apareceram nos relatos dessas mulheres a figura do homem dominante associada à invisibilidade das mesmas frente ao parceiro.

Foi percebido que ao longo das sessões iniciais de apresentações, as mulheres conseguiram relatar com maior espontaneidade sobre as violências vivenciadas, explicitando as dificuldades que ainda enfrentavam diante dos familiares e dos parceiros e ex-parceiros. Diante de repetições exaustivas de suas queixas era comum a tonalidade do esvaziamento das emoções em suas falas e a imobilidade que elas sentiam perante sua vida. Aos poucos, as mulheres iniciaram o processo de compreensão de seu histórico de violência, seus papéis e funções desempenhados nas relações e, com isso, as reflexões sobre o gênero e seus processos identificatórios ao longo da construção de suas subjetividades.

Os relatos das participantes que sobreviveram à separação dos agressores impactaram tanto quanto seus relatos de situações abusivas, ou seja, ambas situações insistiam em desafiar as mulheres a lutar e continuar em frente. As visões do homem doente, alcoólatra, indigno, infiel, misturavam as diversas faces do personagem amado e odiado no interior delas.

A abertura das mulheres para narrar detalhes mais graves de suas violências, permitia que outras mulheres exclamassem: “Eu sofri, mas depois de te ouvir, acho que nem foi tanta a violência que eu tive” (P.2). Debates sobre vivências semelhantes vivenciadas entre as mulheres, bem como a minimização do fenômeno diante do horror vivido por outra, foram temas necessários de serem debatidos a fim de que as mulheres pudessem se identificar e se diferenciar, porém, sem banalizar suas violências e batalhas singulares.

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS

O grupo criou um espaço continente, de tal forma que as mulheres puderam narrar e refletir sobre sua condição atual. Ao se ouvirem, puderam tomar consciência daquilo que estava ocorrendo consigo mesmas e à sua volta. Ao mesmo tempo, receberam *feedbacks* das participantes e informações que partiam das próprias integrantes do grupo e, por vezes, da coordenação. Portanto, ao narrar, refletir e receber informações e *feedbacks*, houve uma minimização dos medos do desconhecido e um alívio da ansiedade.

Foi a partir do quinto encontro que as participantes iniciaram um diálogo mais espontâneo entre elas. Aquelas que ainda moravam com o agressor tinham preocupações com a denúncia: “Será que adiante eu vou fazer a denúncia?”, “E se eu denunciar eu não vou aparecer morta no outro dia?”, “Quando se faz a denúncia já recebo as medidas?”. As mulheres foram estimuladas a manifestarem o que elas sabiam e aquilo que imaginavam que poderia ocorrer diante da denúncia. Aliada a estas preocupações, foi discutido acerca do medo da morte e do desamparo diante da vida frente a uma situação ameaçadora. Procurou-se mostrar para as participantes que assim como o grupo foi algo novo e ameaçador, elas estavam, também, enfrentando algo novo em relação à situação com seus parceiros íntimos. A troca de experiências entre elas foi ampla e permitiu uma sensação de evolução. As participantes referiam seguidamente: “Que bom saber que não é só com a gente, pois na hora que acontece parece que estamos sozinhas no mundo” (P.5), “Ah eu não sabia disso, sobre o pedido do divórcio e como gastar menos com esse processo, foi bom você comentar (P.4)”.

O trabalho em grupos possibilita que uma experiência individual de dor e humilhação seja transformada, quando compartilhada no social, em um exemplo de resistência (Matos et al., 2012). A participante 4 fez questionamentos ao grupo em relação à violência atual com seu parceiro, citando como preocupação as perdas financeiras, uma vez que ele a ameaçava de ficar sem a casa. Por outro lado, ela havia permitido que ele comprasse o carro com o dinheiro dela e fizesse o emplacamento com o nome dele. Além disso, como ele era seu segundo parceiro, trouxe ele para morar na casa dela e trabalhar na empresa dela. Tais fatores eram motivos para que ela justificasse sua permanência na relação com ele, uma vez que temia perder suas conquistas pessoais e seus bens.

As demais participantes do grupo, que já haviam terminado a relação com seus parceiros agressores, tentavam ser continentais com as angústias da participante, orientando e

explicitando como elas fizeram e como elas tiveram a divisão de bens, de acordo com cada caso. No entanto, o grupo reagia, pela própria contratransferência, com respostas muitas vezes agressivas como: “Tu não é nem empregada dele, tu é escrava porque empregada ainda recebe” (P.2). Os sentimentos despertados nas participantes e na coordenadora serviram para a reflexão e discussão sobre os papéis e as funções das mulheres, considerando a cultura patriarcal e machista. Retomando Ceccarelli (2017) é a partir de um processo reflexivo de encontro com o outro que o EU se constitui, entre o semelhante e o estranho, o EU há advir. Portanto, toda narrativa que implica numa reflexão de si e do outro promove o desenvolvimento psíquico.

A sexualidade das participantes foi um aspecto que apareceu como um dos temas tabus que as atrelam à posição de objeto do desejo do outro e não sujeitos de desejo. Comentários como: “Não posso transar com ele, por causa dos remédios que tenho que tomar, posso ter hemorragia” (P.4), “Eu nunca gostei mesmo de sexo, então, para mim hoje é ótimo estar sozinha” (P.7); “Nós transávamos, mas eu fazia porque era obrigada, saía às vezes por obrigação, para ele não ficar brabo, daí a gente transava” (P.2). Portanto, fatores atrelados à cultura e aos “bons” costumes, forjam um discurso de queixa das mulheres frente aos seus parceiros que também estão atrelados a desejos recalcados e proibidos na atual condição em que essas mulheres se encontram. De acordo com Rezende e Coelho (2010) e Conte e Mühlen (2020) os valores culturais são transgeracionais e perpetuados quando não há uma ressignificação das práticas e costumes.

A partir do conceito de tarefa de Pichon-Rivière (1982/2009), é possível afirmar que quando as mulheres se sentiram mais confiantes, puderam explicitar suas dúvidas, apaziguar seus sofrimentos e puderam ser reconhecidas, elas obtiveram êxito pessoal e social, superando a fase da pré-tarefa e alcançando a fase da tarefa. Além do sentimento de culpa, humilhação, vergonha, as mulheres também expressaram um sofrimento psíquico significativo durante e após o término com os agressores. “Eu tentei tirar minha vida uma vez quando estava com ele, tomei muitos comprimidos, mas meu filho chegou em casa e me socorreu.”, “Eu fui internada com depressão três vezes, meu marido me prometeu que iria mudar, que nada, depois voltou tudo como era.”, “Eu não tentei me matar, mas nunca mais saí de casa sem estar hipervigilante, cuido tudo, olho todos os lados, não faço o mesmo trajeto sempre, chego em casa e apago a luz para ele não saber que estou lá”.

Em relação às tentativas de suicídio, o medo da morte e a hipervigilância relatada pelas mulheres no grupo, pôde ser percebido como um fenômeno que fez ressonância entre as integrantes. Assinalamos, dessa forma, que o trauma não tem uma proporcionalidade com relação à violência sofrida.

As feridas no corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. As feridas da alma, podem igualmente ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. (Saffioti, 2011, p. 19)

Portanto, o apagamento das mulheres, a partir da medicação em exagero, do esconder-se em sua própria casa, demonstrou como elas não se sentem confortáveis e seguras em sua própria morada, metaforizando aqui a morada como espaço psíquico subjetivo e físico. As feridas da alma, aparecem em comportamentos que podem perdurar para além do período vivido com o agressor. A saída de casa para ir ao grupo, em relação ao contexto aqui exposto, tornou-se um aliado e uma mudança positiva em suas vidas, já que era o movimento que faziam que se destacava daquilo que cotidianamente faziam.

Ao final dos encontros foi possível perceber que as mulheres que romperam com seus relacionamentos já haviam superado as fases iniciais de dúvidas em relação às denúncias, em relação à divisão de bens, assim como haviam realizado novos rearranjos para lidar com seus

filhos e com suas atividades de trabalho e de lazer. Os serviços da rede de apoio auxiliaram para que essas mulheres identificassem locais para buscar informações e auxílio na esfera da saúde, da assistência social e jurídica. Além disso, a religião, bem como as atividades relacionadas à Igreja foram salutares para uma melhora na qualidade de vida dessas mulheres. Também foi nesse local que encontraram um grupo de apoio, a partir de atividades de auxílio para a comunidade como: “Eu comecei a ajudar nas festas da Igreja, fazer as massas, fazer os *agnolines*, ajudar nas campanhas aos carentes, foi muito bom” (P.7). Outras mulheres relataram que conseguiram trabalhar com maior tranquilidade, sem medo de que o agressor fosse incomodá-las em seu local de trabalho: “Ele tinha ido na frente da escola, gritou, falou um monte de coisas na frente das crianças, das minhas colegas, morri de vergonha, tudo porque não quis mais sair com ele, agora não preciso mais temer isso.” (P.2). Uma participante relatou que a partir do término do relacionamento com o agressor passou a cuidar mais de si, afirmando: “Passei a buscar ajuda para o álcool e drogas, tomo a medicação certinho, busquei uma atividade alternativa para ganhar dinheiro com a ajuda do curso oferecido pela Coordenadoria da Mulher e vamos lá, quero recuperar meus filhos agora.” (P.3).

Em relação às atividades de lazer, o grupo demonstrou um espaço potencial de transição, oferecendo amparo e incentivo para as mulheres buscarem atividades que pudessem auxiliá-las a sair de casa e se divertir. Para isso, uma das participantes relatou sua experiência recente de começar a ir em bailes à tarde: “Eu não ia antes, mas uma vizinha me convidou e eu fui conhecer, sabe que eu gostei? Danço, me divirto, mas quando um homem me pergunta se eu moro sozinha, logo digo que não, não vou me expor a riscos.” (P. 7). A mesma participante convidou as demais e sugeriu algumas dicas: “Mas se eles pedem para ir para a casa da gente não aceitem, é encrenca.” As demais participantes mostraram-se interessadas, riram das situações vivenciadas pela participante nos bailes, porém, não descartaram a possibilidade de conhecer esse algo novo. Algumas participantes não demonstraram interesse no assunto, enquanto algumas preferiam ficar centradas nos cuidados com os netos, outras demonstraram mais interesse em ficar em casa, dar apenas alguma caminhada, mas concordaram que é bom “distrair a mente com atividades novas.” (Participantes 1, 2, 3,4, 5).

Importante destacar que o grupo operativo tem como objetivo o conhecimento e a aprendizagem gerados em si mesmo e constituem o processo e o material sobre o qual a coordenadora ou pesquisadora deve se debruçar (Bastos, 2009). Além disso, o grupo operativo pode criar espaços de interação. As participantes, em geral, relataram: “Gosto tanto de vir aqui no grupo, ouvir a gente mesmo, vocês, e a gente nem imagina que possa fazer tão bem.” (P.5), “Eu venho aqui no grupo e percebo que eu sofri, mas escutando vocês, penso que tem situações mais difíceis, é preciso resistir para não adoecer” (P.8).

Como relatam Hoepers e Tomanik (2019) a partir da construção de sentidos de um grupo com mulheres em situação de violência doméstica, é comum que elas sejam representadas como vítimas, muitas vezes penalizadas pela justiça de uma forma em geral e, por fim, são isoladas socialmente. Portanto, a comunicação e a ressignificação de suas vivências a partir do discurso grupal pode revigorar suas capacidades de se tornarem protagonistas de suas próprias histórias.

As participantes que se mantinham no relacionamento com os parceiros agressores, buscaram o serviço da rede para se fortalecer, tanto física como psiquicamente. Para uma das participantes, a busca de aceitação de sua nova imagem motivou-a a buscar o serviço psicológico: “Eu preciso aprender a me virar sem o movimento do meu braço e preciso da fisioterapia, mas eu preciso aceitar essa minha nova condição, porque eu acho que eu ainda não aceitei que eu vou ficar com uma deficiência física.” (P.1). Outra participante referia que precisava entender sua dificuldade em se afastar de um parceiro que lhe fazia mal: “Eu estou tratando meu câncer de mama e meu parceiro só piorou comigo. Então eu estou na psicoterapia individual e venho aqui no grupo para eu entender por que eu só posso ser louca em amar quem

me maltrata.” (P.4). A outra participante comentava que os serviços poderiam auxiliar com novas aprendizagens sobre a vida: “Eu acho que a gente conversando com outras pessoas a gente pode aprender e melhorar a vida da gente” (P.3). No entanto, para essas mulheres, o trabalho, o lazer e as redes de apoio eram mais limitados, pois elas também reduziam suas atividades para as tarefas do lar ou do cuidado a si mesmas em razão de suas limitações e doenças físicas. Para essas participantes, as amigas foram pouco citadas, assim como o lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi o de analisar as mudanças percebidas em mulheres que vivenciaram a violência de gênero com seus parceiros participantes de um grupo operativo, principalmente, no que tange às suas relações com seus papéis e funções assumidas no lar e no espaço público. Dentro de uma perspectiva desenvolvimental, buscamos identificar e compreender as mudanças percebidas nas mulheres ao iniciarem ao grupo e durante o processo de interação e pertinência ao mesmo. A partir da ideia do ciclo vital como um devir de transformações nas mais diversas áreas como a cognitiva, afetiva e social, enfatizamos os movimentos percebidos no que se refere às trocas realizadas com as demais participantes do grupo e, em relação às percepções e atitudes no âmbito privado e público, assim como dentro e fora do campo grupal.

Compreendemos que a partir de um espaço contínuo e potencial como o grupo operativo realizado, as mulheres reconheceram suas dificuldades, sentimentos e possibilidades para modificar padrões de comportamentos frente a si mesma e aos demais. Essas mulheres problematizaram os papéis e funções atribuídos a si mesmas, perpassados pela cultura e assumidos subjetivamente, possibilitando novos saberes e fazeres.

Portanto, o grupo operativo pode ser compreendido como uma intervenção que favorece os processos identificatórios e promove mudanças nas relações sociais e afetivas entre as mulheres no grupo e entre algumas delas com seu entorno. Nesse sentido, é importante que novos grupos possam ser ofertados para as mulheres em situação de violência e com outras populações em situação de vulnerabilidade, além de ser mais uma estratégia de atuação que favorece modificações e transformações no ciclo vital.

REFERÊNCIAS

- Aspesi, C., Dessen, M., & Chagas, J. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: Uma perspectiva interdisciplinar. In M. Dessen, & A. Costa Jr. (Orgs), *A ciência do desenvolvimento humano – tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 19-36). Artmed.
- Bastos, A. B. B. I. (2009). A escuta psicanalítica e a educação. *Psicólogo informação*, 13(13), 91-98. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092009000100006&lng=pt&nrm=iso
- Biaggio, A., & Monteiro, J. (1998). A psicologia do desenvolvimento no Brasil e no mundo. In M. L. Seidl de Moura, J. Correa, & A. Spinillo (Orgs), *Pesquisas brasileiras em psicologia do desenvolvimento* (pp. 15-31). EDUERJ.
- Bleger, J. (1993). *Temas de Psicologia Entrevistas e Grupos* (6^a ed.). (R. M. M., Moares, Trad). Martins Fontes. (Original publicado em 1980)
- Brasil. (2006). *Lei n° 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (4^a ed.). Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)

- Ceccarelli, P. R. (2017). Psicanálise, sexo e gênero. *Estudos de Psicanálise*, (48), 135-145. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200014&lng=pt&tlng=pt
- Cerqueira, D., Lima, R. S. D., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. D. S. (2017). *Atlas da Violência 2017-Ipea e FBSP* (pp. 66-69). <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>
- Conte, R. F. (2020). *O corpo ferido e a feminilidade na violência de gênero*. Appris.
- Conte, R., & Mühlen, B. K. V. (2020). Apercepção da violência de gênero e a transmissão geracional em mulheres que sofrem violência doméstica. *Revista Educação & Linguagens*, 9(18). <http://revista.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/136>
- Fabris, F. (2014). A noção de tarefa, pré-tarefa e trabalho na teoria de Pichon-Rivière. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe1), 111-117. <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/80639/84290>
- Freitas, R. F., Fernandes, B. V. M., Freitas, T. F., Cantuária, V. L., Damasceno, R. F., & do Carmo Lessa, A. (2020). Consequências físicas e psicológicas da violência doméstica para a saúde da mulher e para a vida escolar dos filhos. *Revista Desenvolvimento Social*, 16(1), 19-32. 9(18). <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/2023>
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbkMvcYSTwdHDpdYhfn/?format=pdf&lang=pt>
- Hoepers, A. D., & Tomanik, E. A. (2019). Construindo sentidos: O grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 31. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100224&lng=en&nrm=iso
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Artmed.
- Lima, G. Q. D., & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: Contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16, 511-520. <https://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a02v16n4.pdf>
- Lucena, K. D. T., Silva, A. T. M. C., Moraes, R. M., Silva, C. C., Bezerra, T. M. P. (2012). Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(6), 1111-1121. <https://www.scielo.br/j/csp/a/J6st69ybDKfNyYfMbmBgZMF/?format=pdf&lang=pt>
- Maia, A. M. (2017). O atendimento em grupo operativo no CRAS: Relato de uma experiência. *Vínculo*, 14(1), 1-8. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902017000100007&lng=pt&nrm=iso
- Marconi, E. L., & Lakatos (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.) Atlas.
- Matos, M., Machado, A., Santos, A., & Machado, C. (2012). Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia. *Análise Psicológica*, 30, 79-91 http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000100008&lng=pt&nrm=iso
- Menezes, L. S. D. (2008). *Desamparo*. Casa do Psicólogo.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento humano* (8ª ed.). Artmed.
- Pasinato, W. (2015). Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei maria da penha. *Revista Direito GV*, 11(2), 407-428. <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/5sWmchMftYHrmcgt674yc7Q/?format=pdf&lang=pt>

- Pichon-Rivière, E. (2009). *O processo grupal* (8ª ed.). Martins Fontes. (Original publicado em 1982)
- Rezende, C. B., & Coelho, M. C. (2010). *Antropologia das emoções*. Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Saffioti, H. I. B. (2011). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Fundação Perseu Abramo.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Winnicott, D. W. (2019). *O Brincar e a realidade*. Ubu Editora. (Original publicado em 1971).

Submetido: 11/10/2021
Reformulado: 05/06/2022
Aprovado: 10/07/2022

Sobre as autoras:

Raquel Furtado Conte é Psicóloga, docente do Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Caxias do Sul.

Bruna Silva Grabowski é Psicóloga e Mestranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul.

Virginia Severo Cordeiro é Psicóloga pela Universidade de Caxias do Sul.

Maria Eduarda Cioato é Psicóloga pela Universidade de Caxias do Sul.

Correspondência: rfconte@ucs.br